UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GABRIELA SOUSA COSTA

AS DIFICULDADES E OS DESAFIOS QUE O ALUNO DA ZONA RURAL ENFRENTA AO INGRESSAR E PERMANECER NA UNIVERSIDADE

Amarante do Maranhão
2026

GABRIELA SOUSA COSTA

AS DIFICULDADES E OS DESAFIOS QUE O ALUNO DA ZONA RURAL ENFRENTA AO INGRESSAR E PERMANECER NA UNIVERSIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL, como requisito para a obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Rafael Aranha Sousa.

Amarante do Maranhão
2026

C837d

Costa, Gabriela Sousa

As dificuldades e os desafios que o aluno da zona rural enfrenta ao ingressar e permanecer na universidade. / Gabriela Sousa Costa. – Amarante do Maranhão, MA, 2026.

24 f. ;il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2026.

1. Educação rural. 2. Ensino superior. 3. Permanência estudantil. 4. Políticas públicas. 5. Desigualdade educacional. I. Título.

CDU 37

Ficha elaborada pela Bibliotecária: **Jarina Serra Santos CRB – 13/953**

GABRIELA SOUSA COSTA

AS DIFICULDADES E OS DESAFIOS QUE O ALUNO DA ZONA RURAL ENFRENTA AO INGRESSAR E PERMANECER NA UNIVERSIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão-UEMASUL, como requisito para a obtenção de título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Rafael Aranha Sousa.

APROVADO/A EM: 12/06/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
RAFAEL ARANHA DE SOUSA
Data: 19/06/2026 21:58:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RAFAEL ARANHA DE SOUSA (ORIENTADOR)

Documento assinado digitalmente
gov.br
GABRIEL ALVES DA SILVA
Data: 19/06/2026 21:51:06-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

GABRIEL ALVES DA SILVA

Documento assinado digitalmente
gov.br
SUMAYA FREITAS DE QUEIROZ
Data: 19/06/2026 18:33:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

SUMAYA FREITAS DE QUEIROZ

Dedico este trabalho à minha família, pelo apoio constante e por nunca restringirem esforços para que este sonho se tornasse uma realidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança ao longo de toda essa trajetória, guiando meus passos mesmo nos momentos mais difíceis. À minha mãe, expresso minha profunda gratidão pelo amor incondicional, apoio constante e por nunca ter deixado de acreditar em mim, sendo meu maior exemplo de dedicação e coragem.

Agradeço também, de forma especial, à Marluce, pela paciência, companheirismo e por me “aguentar” todos os finais de semana durante esses quatro anos de curso. Sua presença, apoio e compreensão foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

A todos vocês, o meu muito obrigada por fazerem parte dessa conquista.

“A educação do campo é um processo de construção de conhecimentos que valoriza a cultura, a história e a identidade dos povos que vivem trabalham na terra.”

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente artigo analisa as dificuldades e os desafios que os estudantes provenientes da zona rural enfrentam ao ingressar e permanecer no ensino superior, com ênfase no contexto do município de Amarante do Maranhão. A investigação parte do reconhecimento de que o acesso à universidade, por si só, não garante a permanência, sobretudo quando o estudante carrega consigo marcas de uma trajetória escolar marcada por infraestrutura precária, distância geográfica, vulnerabilidade econômica e ausência de políticas públicas adaptadas à realidade do campo. O artigo adota abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e documental, sustentada em produções acadêmicas, legislações vigentes e dados oficiais de órgãos como o INEP e o MEC, publicados a partir de 2021. A revisão de literatura revelou que a evasão afeta de maneira desproporcional os estudantes de baixa renda oriundos do meio rural, e que programas como o PNAES, o ProUni e o FIES, embora demonstrem impacto positivo na permanência, ainda alcançam de forma insuficiente as particularidades desse público. Conclui-se que democratizar o ensino superior vai muito além de ampliar vagas, exige criar condições reais de permanência, reconhecer as identidades rurais e fortalecer políticas públicas que respeitem a diversidade territorial brasileira.

Palavras-chave: Educação rural. Ensino superior. Permanência estudantil. Políticas públicas. Desigualdade educacional.

ABSTRACT

This article analyzes the difficulties and challenges faced by students from rural areas when entering and remaining in higher education, with emphasis on the context of the municipality of Amarante do Maranhão. The study is based on the understanding that access to university alone does not guarantee student retention, especially when individuals come from educational trajectories marked by precarious infrastructure, geographic distance, economic vulnerability, and a lack of public policies adapted to rural realities. The research adopts a qualitative approach of bibliographic and documentary nature, supported by academic publications, current legislation, and official data from institutions such as INEP and MEC, published from 2021 onwards. The literature review reveals that dropout rates disproportionately affect low-income students from rural backgrounds. Although programs such as PNAES, ProUni, and FIES have shown positive impacts on student retention, they still insufficiently address the specific needs of this population. It is concluded that democratizing higher education goes beyond expanding access; it requires ensuring real conditions for student permanence, recognizing rural identities, and strengthening public policies that respect Brazil's territorial diversity.

Keywords: Rural education. Higher education. Student retention. Public policies. Educational inequality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 PERCEPÇÕES SOBRE OS ESTUDANTES DA ZONA RURAL 12

3 METODOLOGIA 20

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES 21

5 CONCLUSÃO 21

REFERÊNCIAS 24

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil avançou muito nas últimas décadas. A criação de novas universidades federais, a expansão de campi para o interior do país, a implementação de políticas de cotas e de programas de financiamento estudantil abriram portas que antes pareciam definitivamente fechadas para uma grande parte da população. Ainda assim, quando se olha para quem de fato chega e quem de fato fica na universidade, as desigualdades saltam aos olhos. Entre os grupos que continuam enfrentando os maiores obstáculos, os estudantes da zona rural ocupam um lugar de destaque, silencioso e pouco debatido.

Ingressar na universidade quando se vem do campo não é apenas uma questão acadêmica. Envolve largar uma vida conhecida, enfrentar distâncias que muitas vezes chegam a dezenas de quilômetros de estrada não pavimentada, encontrar formas de pagar o aluguel em uma cidade estranha, adaptar-se a uma linguagem e a um ambiente que não foram pensados para quem cresceu plantando, colhendo e vivendo em comunidade. É, em muitos sentidos, começar do zero em um mundo que mal conhece a sua existência.

Esse processo de ruptura não deveria ser solitário. É atribuição do Estado e das instituições de ensino superior criar condições para que esses estudantes não apenas entrem na universidade, mas permaneçam nela e concluam sua formação. A questão que se coloca, porém, é que as políticas existentes foram desenhadas, em grande medida, para uma realidade urbana, e os estudantes do campo são forçados a se encaixar em moldes que não foram feitos para eles.

Esta pesquisa nasce do interesse em compreender, de forma crítica e humanizada, esse caminho. Busca analisar os principais fatores socioeconômicos, estruturais e culturais que interferem na trajetória acadêmica dos estudantes da zona rural, com atenção ao município de Amarante do Maranhão e sua região, onde percursos de mais de cinquenta quilômetros em estradas de terra são realidade cotidiana para muitos universitários. O trabalho apoia-se em produção bibliográfica recente, dados oficiais e relatos documentados, com o propósito de contribuir para um debate que ainda carece de mais atenção dentro e fora das universidades.

2 PERCEPÇÕES SOBRE OS ESTUDANTES DA ZONA RURAL

Para os estudantes da zona rural, construir esses laços dentro da universidade é particularmente desafiador. Eles chegam com um repertório cultural construído em práticas comunitárias, no trabalho coletivo da roça, nos saberes transmitidos de geração em geração, na relação direta com a terra e com os ciclos da natureza. Esse repertório raramente encontra espaço de valorização dentro de currículos universitários estruturados em torno de referências teóricas urbanas e científicas. O resultado é que muitos estudantes aprendem a suavizar o sotaque, a evitar comentários que revelem de onde vieram, para não se tornarem alvo de olhares que, consciente ou inconscientemente, associam o rural ao atraso.

Essa tensão entre pertencer e ser diferente foi captada com precisão por Jezine et al. (2021) ao analisar os dados de estudantes da UFPB sobre suas perspectivas de permanência e evasão. Os autores concluíram que:

> a existência de aspectos contraditórios, e ao mesmo tempo relacionais, dinamiza a evasão e/ou permanência, segundo as condições objetivas ou subjetivas do alunado, em que ocorrem as relações de sociabilidades, as condições contextuais e estruturais, as políticas e os programas de permanência voltados para minimizar os efeitos da desigualdade social na Educação Superior. (Jezine et al., 2021, p. 492)

Esse achado é especialmente relevante quando aplicado à realidade dos estudantes rurais, pois evidencia que a permanência não depende exclusivamente da capacidade individual do estudante nem de sua resiliência. Ela é estruturada por relações sociais, por políticas institucionais e por condições objetivas de vida que precisam ser levadas em conta por gestores, professores e formuladores de políticas.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, conhecido como PNAES, é a principal política pública federal voltada à permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas instituições federais de ensino superior. Regulamentado pelo Decreto Federal n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, o programa tem como objetivo ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, democratizando o acesso, reduzindo as desigualdades sociais e regionais e promovendo a inclusão social por meio da educação (Ministério

da Educação, 2010). Suas ações contemplam moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico.

Em julho de 2024, por meio da Lei n.º 14.914, o PNAES foi elevado à condição de Política Nacional de Assistência Estudantil, ampliando seu alcance e fortalecendo seu respaldo legal. Os dados do Censo da Educação Superior 2023 mostram que os estudantes beneficiados por políticas de inclusão apresentam taxas de conclusão superiores às dos demais: estudantes cotistas da rede federal concluíram o curso em 51% dos casos, contra 41% dos não cotistas. Entre os beneficiários do ProUni, a taxa de conclusão chegou a 58%, contra 36% dos não beneficiários (Agência Gov, 2024). Esses números confirmam que o apoio institucional faz diferença concreta e mensuável na vida dos estudantes mais vulneráveis.

No entanto, a efetividade do programa encontra limites importantes. Estudo realizado por Ronkoski e Silva (2025) na Universidade Federal de Rondônia evidenciou que, embora a assistência estudantil tenha permitido a permanência de muitos estudantes, boa parte das ações é provisória e não atende a totalidade da demanda. O fato de a execução do programa ser descentralizada e delegada a cada instituição gera desigualdades internas consideráveis: algumas universidades oferecem programas mais robustos e abrangentes, enquanto outras operam com recursos escassos e critérios que nem sempre contemplam as especificidades dos estudantes de origem rural.

Um dado que evidencia a gravidade da situação foi mencionado durante a tramitação do projeto de lei que originou a Política Nacional de Assistência Estudantil: nos quatro anos anteriores a 2023, 60% dos estudantes em situação de vulnerabilidade tinham se evadido dos institutos federais e das universidades federais (Câmara dos Deputados, 2023). Esse índice é especialmente preocupante quando se considera que os estudantes rurais estão, via de regra, entre os mais vulneráveis e os menos atendidos pelas redes de proteção existentes.

A Política Nacional de Assistência Estudantil, conforme registrado nos debates parlamentares de 2023, estabeleceu critérios de prioridade para quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Essa ampliação do escopo é positiva, mas ainda carece de mecanismos específicos que levem em conta os custos adicionais de deslocamento

dos estudantes rurais, a falta de conectividade em suas regiões de origem e a dificuldade de acesso à documentação necessária para solicitar os benefícios.

O fenômeno da evasão no ensino superior brasileiro não é recente, mas persiste com intensidade que deveria mobilizar muito mais do que mobiliza. Rosa et al. (2025), em pesquisa publicada na Revista Delos, analisaram dez anos de dados, de 2014 a 2023, e chegaram a uma conclusão reveladora: a evasão é maior entre jovens, estudantes de baixa renda e não brancos, confirmando que os fatores que determinam quem sai antes da hora do ensino superior são os mesmos que determinam quem tem menos acesso a tudo no Brasil. O estudo ressalta que a evasão deve ser compreendida como problema de gestão e de política pública, e não como falha individual do estudante.

Para os estudantes da zona rural, os determinantes da evasão se reforçam mutuamente. A dificuldade financeira pressiona o estudante a trabalhar; trabalhar compromete o desempenho acadêmico; o desempenho ruim gera sentimento de inadequação; a inadequação leva ao isolamento; o isolamento facilita a desistência. Cada elo dessa corrente se conecta ao anterior e ao seguinte de forma quase inevitável, a menos que alguma intervenção externa seja capaz de rompê-la. Pesquisa sobre evasão e abandono escolar entre moradores da zona rural (Pesquisa Educa/Unisantos, 2024) aponta que os fatores simbólicos e econômicos são os principais motivadores do abandono em comunidades rurais.

Ao discutir os determinantes da evasão em cursos superiores, Jezine et al. (2021) destacam que as teorias e as noções de permanência e de evasão levam em conta:

> variáveis relacionadas ao perfil social e escolar do alunado, os custos relacionados com a permanência (dificuldade para conciliar o curso com o trabalho, o valor ou despesas com os custos, incluindo o deslocamento e material didático) e as perspectivas de inserção profissional. Deve-se reconhecer que o alunado de posições sociais diferentes, que frequenta cursos considerados tipicamente de maior ou menor prestígio social, tende a receber influências de formas diferenciadas e, portanto, as possibilidades de desistência ou permanência nos cursos de ingresso, em cada caso, podem ser previstas e até mesmo mensuradas estatisticamente. (JEZINE et al., 2021, p. 495)

Essa perspectiva é fundamental para compreender por que os estudantes da zona rural abandonam a universidade em proporções tão elevadas. Eles chegam de posições sociais historicamente desfavorecidas, frequentam cursos para os quais

foram menos preparados pela educação básica que receberam, arcam com custos adicionais que a maioria dos demais estudantes não tem, e ainda carregam a pressão de ser a primeira geração da família a chegar à universidade, com tudo o que isso implica em termos de expectativas compartilhadas e medo de fracassar.

A evasão, portanto, não pode ser interpretada como fracasso individual nem como falta de esforço. É o produto de uma equação em que muitas das variáveis são determinadas muito antes do estudante colocar o pé no campus universitário, e em que as condições de permanência raramente são suficientes para compensar as desvantagens acumuladas ao longo de uma vida.

Diante de tantos obstáculos, os estudantes da zona rural desenvolvem estratégias criativas e coletivas para continuar. Dividem aluguel com colegas de comunidades próximas, revezam caronas, compartilham materiais de estudo, organizam grupos de estudo onde quem está mais adiantado ajuda quem está com mais dificuldade, e criam redes informais de apoio que às vezes são mais eficazes do que os programas institucionais. Essas redes de solidariedade revelam que, apesar das limitações impostas pelo contexto socioeconômico, existe entre esses jovens uma força coletiva que precisa ser reconhecida e apoiada.

O PRONERA, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, é um dos exemplos mais concretos de que, quando as políticas levam a sério as especificidades do campo, os resultados aparecem. De acordo com o portal Brasil de Fato (2022), entre 1998 e 2018, o programa ofertou cerca de 500 cursos em parceria com 94 instituições de ensino, beneficiando aproximadamente 190 mil pessoas, desde a Educação de Jovens e Adultos até a pós-graduação. Egressos relatam que a formação recebida permitiu contribuições concretas ao desenvolvimento de suas comunidades de origem, na forma de cooperativas, projetos de agroecologia e liderança comunitária.

Pesquisas qualitativas realizadas com jovens universitários do campo registraram que o acesso a bolsas de iniciação científica, monitoria e extensão representou, para muitos deles, um divisor de águas. Antes da bolsa, trabalhar e estudar ao mesmo tempo era incompatível com a dedicação que o curso exigia. Com ela, foi possível vivenciar a universidade de forma plena, participar de eventos, desenvolver pesquisa e finalmente se sentir parte do ambiente acadêmico (Educa/FCC, 2020). Esse relato confirma que o apoio financeiro não é apenas um

auxílio material: é uma condição para que o estudante possa, finalmente, existir como universitário de forma integral.

A presença de outros estudantes do campo na universidade também tem um efeito que vai além da amizade. Ver que não se está sozinho, que outros passam pelas mesmas dificuldades e encontram caminhos para superá-las, é um fator de motivação que nenhum programa formal consegue reproduzir inteiramente. A identidade coletiva dos estudantes rurais dentro da universidade é uma forma de resistência e de afirmação que precisa ser reconhecida e apoiada pelas instituições.

Há uma dimensão da permanência universitária que costuma ser negligenciada nos debates de política pública: a dimensão emocional. Estudar longe de casa, distante da família, em um ambiente desconhecido e por vezes hostil, gera um desgaste psicológico que não aparece nos índices de desempenho acadêmico, mas que corrói a capacidade do estudante de continuar. Saudade, insegurança, sensação de impostura, medo de não ser suficientemente bom para o espaço que ocupa, são experiências compartilhadas por muitos jovens universitários do campo e raramente reconhecidas pelas instituições como parte do problema da evasão.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES, realizada pelo FONAPRACE e pela ANDIFES em 2018, revelou que 70,2% dos estudantes de graduação nas universidades federais brasileiras eram oriundos de famílias com renda mensal per capita de até 1,5 salário mínimo. Esse dado confirma que a universidade pública federal deixou de ser exclusiva das elites e passou a abrigar, em maioria, estudantes das classes populares. Entre eles, os oriundos do campo compõem um grupo que acumula desvantagens adicionais, seja pela distância geográfica, seja pela descontinuidade da formação escolar anterior, seja pela ausência de redes de apoio dentro do ambiente universitário.

Criar programas de mentoria entre estudantes veteranos e calouros de origem rural, investir em grupos de acolhimento organizados por identidade territorial, e garantir atendimento psicológico adequado e acessível são medidas que as universidades podem adotar sem grandes investimentos financeiros, mas com impacto significativo na permanência. A experiência de não estar só, de saber que há outros que passaram pelo mesmo e sobreviveram, funciona muitas vezes como âncora nos momentos em que a desistência parece a única saída razoável.

Há uma dimensão da permanência universitária que costuma ser negligenciada nos debates de política pública: a dimensão emocional. Estudar longe de casa, distante da família, em um ambiente desconhecido e por vezes hostil, gera um desgaste que não aparece nos índices de desempenho acadêmico, mas que corrói a capacidade do estudante de continuar. Saudade, insegurança, sensação de inadequação, medo de não ser suficientemente bom para o espaço que ocupa, são experiências compartilhadas por muitos jovens universitários do campo e raramente reconhecidas pelas instituições como parte do problema da evasão.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES, realizada pelo FONAPRACE e pela ANDIFES em 2018, revelou que 70,2% dos estudantes de graduação nas universidades federais brasileiras eram oriundos de famílias com renda mensal per capita de até 1,5 salário mínimo. Esse dado confirma que a universidade pública federal deixou de ser exclusiva das elites e passou a abrigar, em maioria, estudantes das classes populares. Entre eles, os oriundos do campo acumulam desvantagens adicionais, seja pela distância geográfica, seja pela descontinuidade da formação escolar anterior, seja pela ausência de redes de apoio dentro do ambiente universitário.

A pesquisa de Jezine et al. (2021) identificou que os aspectos ligados às sociabilidades dentro da universidade, tais como a relação com os colegas e com os professores, estão entre os fatores que mais influenciam a percepção do estudante sobre sua permanência. Quando essas redes de interação não se formam, quando o estudante do campo sente que não tem com quem conversar sobre suas dificuldades ou que seus colegas não entendem de onde ele vem e o que ele enfrenta, a vulnerabilidade para a evasão se intensifica. É por isso que programas de mentoria entre veteranos e calouros de origem rural, e grupos de acolhimento organizados por identidade territorial, têm potencial de impacto significativo mesmo sem grandes investimentos financeiros.

Além disso, o atendimento psicológico dentro das universidades ainda é insuficiente para dar conta da demanda crescente de estudantes em sofrimento. Para os estudantes rurais, essa lacuna é ainda mais grave, porque eles raramente chegam à universidade com experiência de acesso a serviços de saúde mental, e porque o estigma em torno do sofrimento emocional é frequentemente mais acentuado em comunidades que foram criadas sob a cultura do trabalho duro e do não se queixar.

Investir em saúde mental universitária não é um luxo: é uma condição para que a permanência seja possível para quem mais precisa.

As universidades brasileiras avançaram muito na expansão do acesso, mas avançaram bem menos na transformação de sua cultura interna para acolher a diversidade que passou a frequentá-las. Isso se traduz em currículos que ignoram os saberes e as experiências dos estudantes do campo, em processos burocráticos que pressupõem familiaridade com sistemas digitais nem sempre disponíveis fora das cidades, em estruturas de apoio psicossocial ainda insuficientes e em um ambiente que, em muitos casos, continua sendo mais excludente do que inclusivo na prática cotidiana.

Pesquisas registram que estudantes do campo expressam a necessidade de que a universidade esteja mais próxima deles, que os conheça antes mesmo de precisarem solicitar apoio formal, que desenvolva mecanismos de acolhimento desde os primeiros momentos da graduação e que atue preventivamente diante das dificuldades enfrentadas por esse público, em vez de responder apenas quando os problemas já se encontram consolidados (Educa/FCC, 2020). Tal demanda evidencia que o acesso ao ensino superior, por si só, não assegura inclusão efetiva, sendo indispensável a construção de estratégias institucionais permanentes de acompanhamento e suporte.

Essa reivindicação dos estudantes do campo revela uma compreensão ampliada do papel social da universidade, que ultrapassa a função tradicional de ofertar vagas e formação técnica. Espera-se da instituição um compromisso concreto com a permanência, com a redução de desigualdades e com a promoção de condições reais para que diferentes grupos sociais consigam usufruir plenamente do direito à educação superior. Dessa maneira, a democratização do acesso perde sentido quando não acompanhada por medidas estruturadas de permanência.

A proximidade institucional com os estudantes oriundos de territórios rurais exige que a universidade reconheça previamente suas especificidades socioterritoriais, econômicas e culturais. Muitos desses discentes ingressam no ensino superior trazendo consigo trajetórias marcadas por limitações de infraestrutura educacional, dificuldades de mobilidade, restrições econômicas e desafios de adaptação aos códigos acadêmicos. Ignorar tais condições significa reproduzir uma lógica meritocrática que desconsidera desigualdades históricas e estruturais.

Nesse contexto, políticas de acolhimento inicial assumem papel estratégico na prevenção da evasão universitária. Programas de tutoria, mentorias acadêmicas, semanas de integração com foco em inclusão social e acompanhamento psicopedagógico desde os primeiros semestres tendem a reduzir os impactos da transição entre a educação básica rural e o ambiente universitário. Essas iniciativas favorecem o fortalecimento do vínculo institucional e contribuem para o sentimento de pertencimento do estudante.

O Censo da Educação Superior de 2023, publicado pelo INEP (2024), trouxe um número que merece atenção: estudantes beneficiários de políticas de inclusão terminam o curso mais frequentemente e com melhor rendimento do que a média geral. Esse dado desfaz uma ideia antiga, a de que assistência estudantil seria gasto assistencialista. Pelo contrário, configura investimento estratégico. Eleva os indicadores da instituição e amplia o retorno social que se espera de uma universidade pública.

Há quem ainda veja conflito entre equidade e excelência acadêmica. Os números, no entanto, contam outra história. Pesquisas recentes mostram que ambientes universitários mais inclusivos retêm melhor seus alunos, produzem conhecimentos diversos e enriquecem as experiências formativas de todos. Ampliar o suporte a estudantes rurais, portanto, não é concessão. É tornar a universidade mais universidade, um espaço plural de fato.

A Política Nacional de Assistência Estudantil, aprovada em 2024, avança em pontos concretos. Um deles: a criação de restaurantes universitários populares abertos também à comunidade vulnerável do entorno. Essa diretriz muda o lugar da assistência. Ela não se limita à permanência do aluno dentro do campus. Passa a dialogar com a função social da universidade no território, o que, para quem vem do campo, faz toda a diferença.

Moradia e transporte, porém, seguem como gargalos. O estudante que sai de uma comunidade rural, pega estrada de chão, ônibus lotado e chega na cidade depois de duas horas não resolve a vida com auxílio padronizado. O valor que cobre o aluguel para quem mora no centro universitário mal paga o combustível para quem vive a 80 quilômetros. Critérios mais sensíveis à geografia e à logística do campo são necessários, não opcionais.

A extensão universitária entra aí como uma ponte de mão dupla. Projetos que conectam o saber acadêmico ao conhecimento que o estudante rural já traz da sua comunidade fazem mais do que facilitar a permanência. Eles validam quem esse estudante é. Quando a universidade reconhece as técnicas de rotação de cultura, o manejo de água de chuva, o saber sobre plantas e solos que o aluno carrega da roça, ocorre algo duradouro: não apenas inclusão, mas pertencimento.

Leonardi, Rosa e Andreazza (2023), ao estudarem o PNAES nas federais, identificaram uma disputa de fundo. Há projetos políticos distintos em conflito sobre os rumos da assistência estudantil. O risco, alertam, é tratar essas políticas como medidas secundárias ou provisórias. Para o estudante rural, isso não é abstrato. Cortou um auxílio, perdeu a moradia, o semestre se interrompe. A fragilidade institucional vira abandono escolar em tempo real.

Daí a necessidade de políticas permanentes, estáveis, com orçamento adequado. Não emergenciais. Não provisórias. A universidade que quer reter estudantes do campo precisa estruturar respostas duradouras para as múltiplas camadas da vulnerabilidade, social, territorial, logística. Cada uma delas atravessa a experiência universitária desses sujeitos de maneira diferente daquela de um aluno que mora ao lado do campus.

Pensar a permanência de quem vem do campo, no fim das contas, exige reconhecer um ponto simples: o ingresso é apenas o primeiro passo. O compromisso verdadeiro com a democratização do ensino superior se mede na conclusão. E isso exige da universidade condições materiais, pedagógicas e simbólicas. Para que esses estudantes não apenas fiquem, mas terminem. Com qualidade, dignidade e a sensação de que aquele lugar também é deles.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e documental. Para o levantamento das fontes, foram considerados artigos científicos, dissertações, legislações, relatórios de órgãos federais e produções acadêmicas publicadas a partir de 2021, com ênfase em bases de dados como SciELO, Periódicos CAPES, além de portais do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Os critérios de inclusão priorizaram textos em língua portuguesa com foco nas dificuldades de permanência e acesso ao ensino

superior por estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente oriundos da zona rural.

A análise foi organizada em torno de eixos temáticos: barreiras socioeconômicas, obstáculos estruturais de transporte e moradia, exclusão digital, identidade cultural, evasão universitária e políticas públicas de assistência estudantil. Optou-se pela revisão narrativa, que permite contextualizar historicamente o problema e discutir estratégias existentes para seu enfrentamento. Os dados empíricos foram cruzados com referencial teórico de autores que tratam da educação do campo, da sociologia da educação e das políticas públicas no Brasil, o que permite uma análise que vai além dos números e alcança as experiências concretas dos sujeitos envolvidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Existe um tipo de dificuldade que não aparece nos formulários de assistência estudantil, que não tem uma rubrica no PNAES e que raramente é discutida nos conselhos universitários. É a sensação, experimentada por tantos estudantes do campo, de não pertencer ao espaço da universidade. De ser diferente. De carregar uma identidade que o ambiente ao redor parece não reconhecer ou valorizar. Esse desconforto não é imaginação nem fragilidade: é uma resposta compreensível a um ambiente que, historicamente, foi construído com base em referências urbanas e que ainda não aprendeu a acolher com equanimidade a diversidade de trajetórias de quem nele ingressa.

Jezine et al. (2021), em pesquisa sobre permanência e evasão em cursos superiores da Universidade Federal da Paraíba, demonstraram que os processos sociais de interação dentro da universidade influenciam diretamente na decisão do estudante de permanecer ou abandonar o curso. A relação com os colegas, com os professores e o sentimento de apoio familiar foram identificados como fatores centrais na percepção de facilidade para permanecer. Quando esses laços de pertencimento não se constroem, quando o estudante se sente estranho no ambiente e invisível para a instituição, o risco de abandono aumenta significativamente.

5 CONCLUSÃO

O que este artigo buscou mostrar, percorrendo caminhos tanto teóricos quanto empíricos, é que a luta do estudante da zona rural pela universidade não começa no dia da matrícula e não termina no dia da formatura. Ela começa muito antes, nas estradas de terra que levam à escola de ensino fundamental, nas longas esperas pelo transporte que nem sempre chega, nos anos de uma formação escolar que deixa lacunas que nenhuma boa vontade individual consegue preencher sozinha. E ela não termina com o diploma: continua no esforço de trazer de volta para a comunidade de origem os conhecimentos construídos, de ser a prova viva de que é possível, de abrir caminho para os que virão depois.

As evidências reunidas ao longo desta pesquisa confirmam que a evasão é maior, a permanência é mais precária e o sofrimento é mais intenso entre os estudantes que chegam à universidade carregando as marcas de uma trajetória marcada pela desigualdade. O PNAES, o ProUni, o FIES e o PRONERA são avanços inegáveis, e os dados do Censo da Educação Superior 2023 mostram que eles funcionam quando chegam às pessoas certas. O problema é que ainda chegam a poucos, com recursos insuficientes, com critérios que nem sempre capturam as especificidades do público rural, e com estruturas que pressupõem uma familiaridade com o mundo urbano que esses estudantes simplesmente não têm.

A democratização do ensino superior no Brasil só será completa quando um jovem de Amarante do Maranhão, ou de qualquer outra comunidade rural do país, puder ingressar em uma universidade federal, permanecer nela com dignidade, concluir sua formação e retornar à sua comunidade sem ter precisado abdicar de sua identidade, de sua família e de tudo o que lhe deu forma como ser humano. Esse é o horizonte que este trabalho pretende ajudar a construir, ainda que de forma modesta, ao trazer à tona as realidades de quem menos aparece no debate educacional brasileiro e que, não por coincidência, é quem mais precisa ser ouvido.

Como limitação deste estudo, destaca-se a escassez de pesquisas com recorte específico sobre estudantes universitários da zona rural, o que dificulta generalizações mais amplas e aponta para a necessidade urgente de mais investigações empíricas. Para estudos futuros, recomenda-se a realização de pesquisas com dados primários junto a estudantes de municípios como Amarante do Maranhão, além de análises comparativas entre regiões e avaliações longitudinais sobre o impacto das políticas de assistência estudantil para esse público específico.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. Conheça as políticas para garantir a permanência de estudantes mais vulneráveis. Brasília: EBC, 2024. Disponível em: https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/mec-busca-garantir-permanencia-de-estudantes-mais-vulneraveis-1. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara aprova projeto que cria a Política Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/1012803-camara-aprova-projeto-que-cria-a-politica-nacional-de-assistencia-estudantil/. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Decreto n.° 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Diário Oficial da União, Brasília, 2010. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/pnaes. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL. Lei n.° 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 29, 4 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2024/estatisticas_do_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

BRASIL DE FATO. Entenda como funciona o Pronera: programa dá acesso à universidade para juventude camponesa. São Paulo, 27 jun. 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/06/27/entenda-como-funciona-o-pronera-programa-da-acesso-a-universidade-para-juventude-rural/. Acesso em: 10 abr. 2026.

EDUCA/FCC. Jovens do campo no ensino superior. Revista Educa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100223. Acesso em: 10 abr. 2026.

EDUCA/FCC. Abandono e evasão escolar: emergência da busca ativa como política pública de educação pós-pandemia. Revista Educa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2024. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-39932024000100421. Acesso em: 10 abr. 2026.

EAD EM FOCO. Desigualdades estruturais e evasão na educação a distância: evidências sobre sujeitos historicamente silenciados. Revista EaD em Foco, Rio de Janeiro: CECIERJ, 2025. Disponível em: https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/2748. Acesso em: 10 abr. 2026.

JACAD. Desigualdade digital e EaD: como garantir acesso equitativo à educação a distância. São Paulo: Jacad, 2025. Disponível em: https://www.jacad.com.br/blog/desigualdade-digital-e-ead/. Acesso em: 10 abr. 2026.

JEZINE, Edineide; PRESTES, Emília Maria; PALMEIRA, Robson; DINIZ, Adriana. Permanecer ou evadir-se? Perfil e expectativas de alunos de cursos superiores da UFPB. Debates em Educação, Maceió, v. 13, n. Esp., p. 492-513, 2021. DOI: 10.28998/2175-6600.2021v13nEspp492-513. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/download/12094/9104. Acesso em: 10 abr. 2026.

LEONARDI, Fabricio Gobetti; ROSA, Anderson da Silva; ANDREAZZA, Rosemarie. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do ensino superior público federal: disputas políticas e efeitos sócio-históricos. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, 2023. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8674402. Acesso em: 10 abr. 2026.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO. Guia sobre abandono e evasão escolar: um panorama da educação brasileira. São Paulo: Instituto Unibanco, 2024. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar. Acesso em: 10 abr. 2026.

PESQUISA EDUCA/UNISANTOS. Evasão e abandono escolar entre moradores da zona rural. Revista Pesquiseduca, Santos: Unisantos, 2024. Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/download/1652/1349/5068. Acesso em: 10 abr. 2026.

REBENA. Educação rural no Brasil: desafios de infraestrutura, qualidade e integração pedagógica. Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 7, p. 468-484, 2023. Disponível em: https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/download/170/157/357. Acesso em: 10 abr. 2026.

ROSA, Ingrid da Silva et al. Entre a inclusão e a permanência: uma análise da evasão no ensino superior brasileiro (2014-2023). Revista Delos, 2025. Disponível em: https://ojs.revistadelos.com/ojs/index.php/delos/article/view/6877. Acesso em: 10 abr. 2026.

RONKOSKI, R.; SILVA, R. M. P. da. O impacto da assistência estudantil na trajetória acadêmica do aluno: um estudo de caso na Fundação Universidade Federal de Rondônia. Revista Foco, v. 18, n. 11, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n11-028. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/10389. Acesso em: 10 abr. 2026.

REVISTA UNIARAGUAIA. Os desafios encontrados pelos estudantes que residem no campo. Revista Uniaraguaia, v. 16, n. 3, p. 1-14, set./dez. 2021. Disponível em: https://sipe.uniaraguaia.edu.br/index.php/REVISTAUNIARAGUAIA/article/download/1058/VOL16-3-ART-11. Acesso em: 10 abr. 2026.